

AS PRÁTICAS DE ALFABETIZAÇÃO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE PINDAMONHANGABA-SP

LITERACY PRACTICES OF TEACHERS OF PINDAMONHANGABA-SP

Marina Buselli¹, Amânica Lucas dos Santos¹, Ana Fernanda César Monteiro Teodoro¹, Elisângela da Silva Mota Souza¹

¹ UniFUNVIC – Centro Universitário FUNVIC

*Correspondência: profama262@gmail.com

Resumo

Este trabalho abordou as práticas de alfabetização dos professores do Ensino Fundamental I da rede municipal de Pindamonhangaba-SP, a fim de conhecê-las e entender a qual concepção pedagógica elas se referem. Tratou-se de um estudo exploratório com objetivos de se fazer uma revisão sobre os métodos de alfabetização existentes no Brasil e investigar quais as concepções de alfabetização dos professores da rede municipal de Pindamonhangaba-SP. Os métodos utilizados foram pesquisa bibliográfica, por meio de livros e artigos que tratam da alfabetização no ciclo I do Ensino Fundamental, e, em seguida, foi feita pesquisa descritiva, utilizando-se questionário entregue aos professores da Rede Municipal de ensino do município de Pindamonhangaba, após aprovação da Secretaria de Educação, e aprovação nº 3.172.249 do Comitê de Ética em Pesquisa, por meio da Plataforma Brasil. Os dados foram tratados de modo qualitativo e quantitativo. Encontrou-se como resultados principais que os professores da rede municipal da Pindamonhangaba afirmam que o melhor método de alfabetizar é o que utiliza práticas construtivistas, porém na hora de praticar em sala, utilizam recursos do método fônico. Concluiu-se principalmente que ser alfabetizado é fundamental para inserção social do aluno, com isso nós como professores devemos garantir que essa aprendizagem aconteça.

Palavras-chave: Alfabetização. Prática Pedagógica. Construtivismo. Método fônico.

Abstract

This work addressed teachers' literacy practices for Elementary School I of the city of Pindamonhangaba-SP, in order to know them and understand which pedagogical conception they refer to. It was an exploratory study with the purpose of carrying out a review of the existing literacy methods in Brazil and investigating the teachers' literacy concepts in Pindamonhangaba-SP. The used methods were: bibliographic research, through books and articles related to literacy on Level 1 of Elementary School, and then, a descriptive research was made, using a questionnaire delivered to the teachers of the city of Pindamonhangaba, after approval by the Secretary of Education, and approval nr 3.172.249, of Research Ethics Committee, by 'Plataforma Brasil'. Data was processed in a qualitative and quantitative way. As main result, it was found that the teachers of the city of Pindamonhangaba claim that the best literacy method is the one that uses constructivist practices, but when they practice in class, they use phonetic method resources. It was concluded that being literate is absolutely fundamental for the insertion of the student. Therefore, we, as teachers, should guarantee that this learning really happens.

Keywords: Pedagogical Practice. Constructivism. Phonetic Method.

INTRODUÇÃO

Este trabalho abordou as práticas de alfabetização dos professores da rede municipal de Pindamonhangaba-SP, a fim de conhecê-las e entender a qual concepção pedagógica elas se referem. Trata-se de uma discussão relevante, visto que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) expressa que “o ensino fundamental terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.” (BRASIL, 1996, p. 23).

Em concordância com a LDBN, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define que as crianças deverão ser alfabetizadas nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental garantindo-lhes, assim, o direito fundamental de aprender ler e a escrever (BRASIL, 2017).

Refletir sobre as práticas pedagógicas que envolvem as professoras na alfabetização nos remete às seguintes questões: a) quais são os métodos de alfabetização existentes no Brasil? b) quais são as práticas de alfabetização utilizadas pelos professores da rede municipal de Pindamonhangaba-SP?

Desse modo, essa pesquisa teve os objetivos de, primeiramente, se fazer uma breve revisão sobre os métodos de alfabetização existentes no Brasil e, a seguir, conhecer quais as práticas pedagógicas e concepções de alfabetização dos professores da rede municipal de Pindamonhangaba-SP.

As concepções pedagógicas e os métodos e práticas de alfabetização no Brasil

Segundo Lima, Sales e Camargo (2017, p. 22), “A aquisição da leitura e da escrita, está ligada às concepções que as sociedades vêm construindo ao longo dos tempos. Tais concepções são sempre marcadas pelas questões históricas de como a escrita vem sendo explorada nas sociedades”.

As concepções pedagógicas no Brasil se dividem em oito momentos, conforme apresentado no quadro abaixo:

primeiro período (1549-1759)	monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional
segundo período (1759-1932)	coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional
terceiro período (1932-1947)	equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova
quarto período (1947-1961)	predomínio da influência da pedagogia nova
quinto período (1961-1969)	crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista
sexto período (1969-1980)	predomínio da pedagogia tecnicista, com manifestações da concepção analítica de filosofia da educação e concomitante desenvolvimento da concepção crítico-reprodutivista
sétimo período (1980-1991)	emergência da pedagogia histórico-crítica e de propostas alternativas
oitavo período (1991-1996)	produção do neoconstrutivismo, do neotecnicismo e do neoescolanovismo

Fonte: Saviani (2008 apud GONÇALVES, 2009, p. 6).

Neste trabalho, serão tratados somente os quatro primeiros períodos por coincidirem com os estudos de Mortatti (2006), autora importante para a presente pesquisa, pois seus estudos serviram como principal referencial teórico para entendermos as quatro fases cruciais dos métodos de alfabetização no Brasil.

O primeiro e o segundo períodos foram marcados pelas práticas pedagógicas de vertente da pedagogia tradicional, em que, segundo Franca (1952, p. 57), “[...] a preleção do mestre visava à centralidade, cuja finalidade seria ocupar o tempo com exercícios de memorização e repetição (para desenvolver e ativar o espírito)”.

Nessa época, o ensino da leitura era realizado com as chamadas “cartas do ABC” em que os alunos liam e copiavam os documentos manuscritos. Essa fase dos métodos de alfabetização denominou-se a Metodização do Ensino da Leitura; nessa fase, eram utilizados métodos de marcha sintética (da parte para o todo), da soletração (partindo dos nomes da letra), fônico (partindo dos sons correspondentes às letras), e de silabação (emissão de sons, partindo das sílabas), para o ensino da leitura e escrita. Dentro do segundo período das ideias pedagógicas, a partir de 1890, devido à reforma da instrução pública no estado de São Paulo, houve uma transformação dos métodos e com isso, veio à tona o método analítico, que se denominou a Institucionalização do Método Analítico, que se contrapunha ao método sintético, ou seja, a criança

aprenderia primeiro o todo para depois aprender suas partes e, então, associá-las. Em meados de 1920, iniciou-se a terceira fase dos métodos de alfabetização, que recebeu o nome de a Alfabetização Sob Medida. Começou-se, então, a utilizar os dois métodos, analítico e sintético, dando-se origem aos métodos mistos ou ecléticos (analítico-sintético ou vice-versa) (ARAUJO; MORTATTI, 2006; OLIVEIRA, 2016).

No ano de 1961, o método de alfabetização de Paulo Freire começa a ser utilizado. Segundo seu autor, esse método é mais uma Teoria do Conhecimento do que uma metodologia de ensino propriamente dita. Como tal, os princípios e as metodologias de sua teoria eram constituídos com base no respeito pelo educando e na conquista da autonomia, tendo o diálogo entre ensino e aprendizagem como fio condutor nesse processo (FREIRE, 1997).

O terceiro período é marcado pelo equilíbrio entre a Pedagogia Tradicional e a Pedagogia Nova, que no quarto período foi adotada. As práticas pedagógicas da Pedagogia Nova têm como características:

[...] a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir, na construção do conhecimento do aluno [...]. O conhecimento, em lugar de ser transmitido pelo professor para memorização, emergia da relação concreta estabelecida entre os alunos e esses objetos ou fatos, devendo a escola responsabilizar-se por incorporar um amplo conjunto de materiais. (SAVIANI, 2000, p. 497).

Devido ao fracasso da escola no processo de alfabetização, foram determinadas novas políticas públicas para que essa situação se revertesse, originando-se, então o quarto momento da alfabetização, denominado de Desmetodização do Ensino (MORTATTI, 2006).

Em 1980, surge o Construtivismo. Nessa concepção, acredita-se que “[...] interagindo com a escrita, a criança vai construindo o seu conhecimento, vai construindo hipóteses a respeito da escrita e, com isso, vai aprendendo a ler e a escrever numa descoberta progressiva” (SOARES, 2003, p. 17).

Jean Piaget foi aquele que introduziu o termo ‘construtivismo’ no século XX, em sua obra *Logique et connaissance scientifique*, de 1967. Sua Epistemologia Genética é essencialmente uma tentativa de abordar as questões da teoria do conhecimento por meio da investigação da gênese das estruturas cognitivas do sujeito. O construtivismo consiste em uma teoria da aprendizagem, também entendida como uma corrente pedagógica, que tem como principal foco o entendimento da obtenção da aprendizagem relacionado com a interação do indivíduo com o meio. Os **principais princípios do construtivismo são**: a centralidade do processo de aprendizagem ser o aluno; o professor não deve ser um mero transmissor de informações, mas sim um facilitador e orientador do processo de aprendizagem; os níveis de amadurecimento dos alunos, o desenvolvimento e o conhecimento de cada aluno devem ser respeitados e levados em consideração no processo de aprendizagem; o educador deve incentivar os alunos na busca de novos conhecimentos e na aprendizagem de novos conceitos; o aprendizado vai sendo construído aos poucos; deve-se aprender um novo conhecimento através de conhecimento prévio; dever haver dinamicidade na aprendizagem; o conhecimento não deve ser entendido como uma versão exata da realidade, mas sim uma reconstrução daquilo que está aprendendo (ARANHA, 2008; CASTAÑON, 2017).

A alfabetização foi fortemente influenciada pelas ideias da pedagogia nova e pelos conceitos do Construtivismo. Nesse contexto, surgiu um estudo chamado psicogênese da língua escrita, que tinha o intuito de detectar o nível de compreensão do sistema alfabético, ou seja, como se dava a aquisição da leitura e da escrita. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999).

Métodos de alfabetização

A prática pedagógica, segundo Fernandes (1999, p. 159), é uma

[...] prática intencional de ensino e aprendizagem não reduzida à questão didática ou às metodologias de estudar e de aprender, mas articulada à educação como prática social e ao conhecimento como produção histórica e social, datada e situada, numa relação dialética entre prática-teoria, conteúdo-forma e perspectivas interdisciplinares.

Os métodos de alfabetização direcionam ações que o professor deve realizar com seu aluno para que ele possa ser alfabetizado. Eles evoluem de acordo com o avanço do conhecimento e de acordo com as

necessidades sociais, pois com a evolução da sociedade, cada vez mais vai se exigindo um tipo de letrado diferente (SANTOS; SOUZA; GUTIÉRREZ, 2019).

O método sintético estabelece uma correspondência entre o som e a grafia, entre o oral e o escrito, por meio do aprendizado de letra por letra, ou sílaba por sílaba e palavra por palavra, eles podem ser divididos em três tipos: o alfabético, o fônico e o silábico. No método alfabético, o professor ensina inicialmente as letras, depois as sílabas juntando as consoantes com as vogais, para, depois, ensinar as palavras que constroem o texto. No fônico, também conhecido como fonético, o ensino do professor partirá do som das letras e depois fará com que o aluno una o som da consoante com o som da vogal, para que assim ele pronuncie a sílaba formada (B+A=BA). Já no silábico, ou silabação, a prática do professor iniciará ensinando primeiro as sílabas com intuito que os alunos depois formem palavras através dessas sílabas. Na leitura, o professor pedirá aos alunos que leiam o texto por meio da decifração das palavras, para que depois eles consigam compreendê-lo (ARAÚJO; OLIVEIRA, 2016; FERREIRO; TEBEROSKY, 1999).

O método analítico, parte do todo para as partes, e é dividido em três tipos: palavração, sentencição e método global de contos e historietas. Na palavração, o professor apresenta a palavra ao aluno acompanhada com a imagem correspondente àquela palavra. Com isso o professor decompõe a palavra para suas sílabas (BANANA / BA-NA-NA), depois faz com que os alunos as componham novamente. Quando o aluno memoriza as palavras e suas sílabas, o professor o faz criar palavras por meio das quais ela já memorizou (MORTATTI, 2006; SOARES, 2016).

De acordo com Frade (2007, p. 27), no método global de contos e historietas,

A marcha seguida, com algumas variações, parte do reconhecimento global de um texto que é memorizado e ‘lido’ durante um período, para o reconhecimento de sentenças, seguida do reconhecimento de expressões (porções de sentido), de palavras e, finalmente, das sílabas. Aqui, não estamos falando de um processo sequencial e quase simultâneo entre as fases já descritas. Tomando como foco o sentido, o professor encaminha o processo utilizando-se, por um período, de textos completos das várias lições seguidas.

Os métodos mistos ou ecléticos buscam uma tentativa de conciliar os métodos sintéticos e analíticos, situação em que os professores ora usavam um, ora usavam o outro, acreditando que dessa forma era mais eficiente e mais rápida a aquisição da escrita e da leitura, pois subordinaria a leitura ao nível de maturidade de cada criança. Nesse método, existe um período preparatório, em que a criança realiza exercícios de discriminação viso motora, auditivo motora, posição corpo e membros, coordenação motora grossa e fina etc., antes de se iniciarem as atividades de escrita propriamente ditas (SEBRA; DIAS, 2011).

O trabalho pedagógico baseado no método de Paulo Freire se inicia a partir de uma investigação para identificar o que o aluno já sabe em relação ao seu vocabulário, também como é seu modo de vida e os costumes da região em que ele está inserido, com o objetivo de perceber como o aluno sente sua realidade. A partir deste levantamento, é definido um tema gerador geral e os demais temas serão trabalhados por meio de ilustrações que representem aspectos da realidade concreta dos alunos, a fim de levantar debates que levem à problematização das situações vividas. Paralelamente a essas etapas, são trabalhadas pelo professor as dificuldades fonéticas, sendo que, desta forma, o processo de construção e significação de palavras, leitura e escrita ocorrem simultaneamente (OLIVEIRA; SANTOS, 2016).

Na concepção construtivista, parte-se do pressuposto de que o educador deve considerar as diferentes etapas da aquisição da leitura e da escrita que são: pré-silábico, silábico, silábico-alfabético e alfabético. Na fase pré-silábica, a criança não consegue relacionar os sons das letras com o som das palavras faladas, utiliza garatujas e outros ícones ao invés das letras. Na fase silábica, a criança percebe que a escrita tem relação com as partes que fala, não planeja quantas e quais letras deve utilizar, mas tenta coincidir com o número de sílabas das palavras. Na fase silábico-alfabética, além compreender as partes que formam a palavra, a criança observa o som no interior das sílabas. Na fase alfabética, a criança compreende as sílabas e som das letras, já escreve com erros ortográficos, mas seguindo o princípio que rege a escrita (BRASIL, 2012; CASTAÑÓN, 2017; FERREIRO; TEBEROSKY, 1999).

Atual situação da alfabetização no Brasil

Até o ano de 2017, o prazo para as crianças estarem alfabetizadas era o 3º ano do Ensino Fundamental I. Após a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), este prazo foi antecipado para o 2º ano desse nível, sendo que o processo de alfabetização ainda se mantém durante o 3º

ano de escolaridade, porém, com foco no aperfeiçoamento da ortografia (PERTUZATTI; DICKMANN, 2019).

A partir dos anos 1980, os métodos sintéticos e analíticos passaram a ser questionados e uma nova forma de alfabetizar começou a ganhar força, principalmente, com a chegada do construtivismo que, mesmo não sendo entendido inicialmente de forma correta por alguns educadores, trouxe um novo rumo à educação (LEITE; MARTINS; PINHEIRO, 2018).

Conforme Franco e Raizer (2012, p. 57), “incorporou-se o construtivismo às práticas pedagógicas de todo o Brasil, fato este que podia ser percebido, também, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN)”.

Atualmente, a alfabetização e o letramento são preocupações na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define objetivos de aprendizagem para cada ano, organizados em quatro eixos: oralidade e sinalização, leitura, escrita e conhecimento sobre a língua e sobre a norma padrão, que contribuem para desenvolver o letramento em todas as áreas do conhecimento (BRASIL, 2017).

Na BNCC, o processo de alfabetização é proposto em duas linhas: a primeira indica para a centralidade do texto e para o trabalho com as **práticas sociais de leitura e escrita**; a segunda, enfatiza a necessidade de planejamento de atividades que permitam aos alunos refletir sobre o **sistema de escrita alfabética**. Assumindo essa postura, o documento considera as contribuições da **perspectiva construtivista**, principalmente os estudos sobre os processos pelos quais as crianças passam para apropriar-se da escrita. Por outro lado, aponta ser preciso um trabalho com a **consciência fonológica** e com conhecimento das letras para ajudar a criança a evoluir em suas **hipóteses de escrita** (PERTUZATTI; DICKMANN, 2019).

Para Mortatti (2010),

é importante destacar, porém, que sua oficialização não os tornou unanimidade na prática alfabetizadora, seja porque, como já aponte, não há nem pode haver, de um ponto de vista teórico rigoroso, uma didática construtivista nem um método construtivista de alfabetização, seja porque, mesmo com a hegemonia do construtivismo no Brasil, ou mesmo com aspectos do interacionismo linguístico e da proposta de letramento incorporadas nos documentos oficiais a partir de então, continuaram a ser utilizados cartilhas e métodos de alfabetização.

Nos últimos anos, fala-se muito de alfabetizar letrando, reduzindo o foco da aprendizagem da letra, do seu som e de sua sílaba, para que os alunos os aprendam em seu contexto para que assimilem a escrita e a leitura com suas funções sociais. Muitos professores passaram a acreditar que por meio do convívio com a cultura escrita, por meio do contato com materiais impressos a criança já estaria alfabetizada, ou seja, não seria necessária uma sistematização de ensino (LIMA; SALES; CAMARGO, 2017).

Porém, para Moraes (2012, p. 15),

[...] uma má interpretação da teoria da Psicogênese da língua escrita e uma hegemonia do discurso do letramento provocaram uma conclusão equivocada de que não era preciso ensinar de modo sistemático a escrita alfabética, visto que as crianças, espontaneamente, aprenderiam por meio da participação em práticas de leitura e de produção de textos.

O professor alfabetizador

As mudanças ocorridas na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) entre os anos 2000 e 2010, trouxe uma nova expectativa em relação à formação de professores, pois a partir daí começou a se investir na formação de professores e, principalmente, na formação do Professor Alfabetizador (CUNHA, 2018).

De acordo com Costa, Castro e Gomes (2018), os cursos de Pedagogia pouco enfatizam os estudos que envolvem o processo de alfabetização e de letramento e, com isso, percebemos que só essa formação não é suficiente para exercermos a docência.

A junção da teoria com a prática é uma das questões fundamentais a ser considerada nos processos de formação inicial e/ou continuada, pois para se tornar um bom professor, devemos ter o domínio de competências e habilidades profissionais que são adquiridas ao longo do processo de formação e também no exercício da profissão (NÓVOA, 1992; PIMENTA, 2005).

Os currículos do curso de Pedagogia devem ter seus conteúdos de modo a permitir “[...] a articulação entre a teoria e a prática no processo de formação docente, fundada no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (BRASIL, 2005, p. 12).

No curso de Pedagogia, os professores devem proporcionar aos alunos um vasto repertório de informações, a fim de que os estudantes desenvolvam habilidades compostas por uma pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos que serão consolidados conforme ele vá exercendo sua profissão (BRASIL, 2002).

Com um novo rumo para a educação, os educadores também precisaram seguir uma nova direção, ou seja, precisaram mudar suas práticas para garantir a aprendizagem eficaz do aluno, principalmente tratando-se do professor alfabetizador, pois conforme Ferreiro (1999, p. 14),

no lugar de uma criança que espera passivamente o reforço externo de uma resposta produzida pouco menos que ao acaso, aparece uma criança que procura ativamente compreender a natureza da linguagem que se fala à sua volta, e que, tratando de compreendê-la, formula hipóteses, busca regularidades, coloca à prova suas antecipações e cria sua própria gramática (que não é simples cópia deformada do modelo adulto, mas sim criação original).

O professor terá a função de mediar o processo de alfabetização e propor desafios por meio de atividades planejadas com intencionalidade pedagógica. Assim, aos poucos o educando fará novas descobertas e (re)construirá hipóteses (FERREIRO, 2010).

Vale ressaltar o que diz o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (BRASIL, 2012, p. 8) a este respeito:

[...] importância de se considerar, na organização das práticas pedagógicas de alfabetização, os conhecimentos que os alunos possuem acerca da escrita a fim de se planejar atividades que efetivamente possam contribuir para que todos os alunos avancem.

Em sala de aula, cabe ao professor “[...] o papel de mediador e motivador da aprendizagem, sempre atento às possibilidades e limitações no processo de apropriação do conhecimento pela criança” (ANTUNES, 1999 apud BRASIL, 2012, p. 22).

Além da mediação, existem outros elementos que caracterizam a postura do professor alfabetizador, tais como:

[...] consideração da alfabetização na perspectiva do letramento; respeito às diferenças e atendimento à diversidade, considerando a heterogeneidade de aprendizagens e percursos diferenciados das crianças; necessidade de diversificação de atividades, procedimentos e agrupamentos; desenvolvimento de postura avaliativa em uma perspectiva formativa e acompanhamento das aprendizagens de forma qualitativa (BRASIL, 2012, p. 19).

Para que os alunos reflitam sobre o processo de aquisição da escrita e da leitura “[...] é necessário que o professor diversifique as atividades, escolhendo propostas que exijam diferentes demandas cognitivas e que mobilizem diferentes conhecimentos” (BRASIL, 2012, p. 31).

Para a alfabetização ocorrer efetivamente, é imprescindível que o professor proporcione para o aluno um ambiente alfabetizador, ou seja, um ambiente que demande de materiais variados e de qualidade, tornando-se facilitador para que ocorra, de fato, uma aprendizagem significativa e prazerosa, por meio da qual o contato com a leitura e a escrita se darão de forma natural e não de forma impositiva e sem sentido. Contudo, cabe à instituição escolar, possibilitar à criança o contato com os mais diferentes materiais, proporcionando um ambiente rico em escritas diversas, oferecendo a elas ocasiões para aprenderem com significado (FERREIRO, 2010).

Entretanto, a ação do professor deve condizer com o que está conceituado no Projeto Político Pedagógico da escola, pois de acordo com Libâneo (2004, p. 9), ele “[...] é o documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar”.

E para que haja realmente um trabalho eficaz do professor, ele deve sempre planejar suas ações. Para que isso se realize, os horários de trabalho pedagógico coletivo são de grande relevância, pois neles os professores podem elaborar suas aulas e as apostilas que servirão como embasamento teórico para suas aulas e aperfeiçoamento de sua prática (BRASIL, 2002).

Portanto, o trabalho docente deve ter como objetivo ensinar, a fim de contribuir para o processo de desenvolvimento dos alunos, com intuito que eles desenvolvam conhecimentos e habilidades para usarem no seu cotidiano e serem sujeitos ativos dentro da sociedade (SAUL, 2014).

Ferramentas que auxiliam no processo de alfabetização

Os materiais didáticos são ferramentas importantes no processo de alfabetização, pois são instrumentos utilizados na sala de aula que servem de recurso para facilitar o trabalho do professor (MORTATTI, 2000).

No Brasil, a cartilha foi uma ferramenta muito utilizada no processo de aquisição da escrita e leitura. Nela, encontramos o método e a matéria a ser seguida e a ser ensinada. A cartilha foi implantada no processo de alfabetização naturalmente, como se fizesse parte do processo e não como meramente uma ferramenta. Ela surgiu na Europa, juntamente com o Renascimento, na época que se iniciou o uso da imprensa (AMÂNCIO, 2002; LAJOLO; ZILBERMAM, 2009; MORTATTI, 2000).

Conforme o passar do tempo, a cartilha entrou em desuso e se deu ênfase para o uso do livro didático. Ele surgiu na Grécia Antiga, como material de leitura, manuais de retórica e gramática, perpetuando-se ao longo dos séculos em toda a sociedade. Seu conteúdo e também sua forma e figuras, têm a função de chamar a atenção dos pequenos leitores, incentivando-os à leitura. Trata-se, até os dias atuais, de um material importante na formação do aluno pelo fato de ser, muitas vezes, o único contato com a leitura que algumas crianças terão, sendo fundamental que seus autores busquem formas atraentes de tratar os assuntos nele contidos (FREITAS; RODRIGUES, 2007; LAJOLO; ZILBERMAM, 2009).

Na escola, os professores devem buscar utilizar-se de outros materiais didáticos no momento da alfabetização. Desse modo, há possibilidade de atender a maioria dos alunos, considerando a diversidade existente dentro da sala de aula. Alguns materiais acabam sendo criados pelas próprias educadoras, personalizados de acordo com as necessidades de cada aluno e assim proporcionar uma aprendizagem efetiva. Outros materiais muito utilizados são: jornais, cartazes, gibis, livros de literatura e materiais copiados da internet, pois o acesso às tecnologias digitais, hoje facilitado, pode oferecer um auxílio diferenciado (FREITAS, 2018; LEITE; MARTINS; PINHEIRO, 2018).

MÉTODO

Para a coleta de dados foram utilizados questionários com sete perguntas abertas e fechadas, versando sobre as práticas de alfabetização utilizadas pelos professores da rede Municipal de Pindamonhangaba.

Os questionários foram entregues para as gestoras de dez escolas municipais, a fim de que elas os entregassem às professoras que atuam no 1º ano do Ensino Fundamental I. Ao todo foram entregues 35 questionários, mas somente 30 retornaram respondidos.

Tal coleta de dados foi iniciada após submissão e aprovação de número 3.172.249, do Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Pindamonhangaba, por meio da Plataforma Brasil. O projeto foi encaminhado a esse Comitê após aprovação da Secretaria de Educação do Município de Pindamonhangaba, para acesso às escolas municipais. Os questionários foram respondidos após cada professor, após ler, concordar e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, juntamente com o Consentimento de Participação da pessoa como sujeito, conforme orientações prestadas pelas pesquisadoras às gestoras contatadas.

Depois de respondidos os questionários, os dados foram analisados principalmente de forma qualitativa, mas sempre que possível foram tratados também de modo quantitativo e apresentados por meio de gráficos e/ou tabelas para facilitar a visualização.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pergunta 1- No quadro abaixo, marque **ao menos quatro** recursos que você utiliza visando à alfabetização de seus alunos e, ao lado de cada um, cite a fonte em que tal recurso é buscado (você cria, já é definida pela escola, livros didáticos, outras...)

Tabela 1- Recursos utilizados para alfabetização

Recursos	nº respostas	%
Atividades impressas e xerocadas	15	17,6
Dvd	5	6,0
Livros de literatura	20	23,5
Música	7	8,2
Fotografia	6	7,0
Objetos concretos	3	3,5
Painéis	3	3,5
Jogos	6	7,0
Jornais	7	8,2
Brinquedos	2	2,3
Tinta	4	4,7
Atividade de completar a sílaba	1	1,3
Alfabeto Móvel	6	7,0

Um dos objetivos da questão 1 foi verificar quais recursos são utilizados pelos professores alfabetizadores da rede municipal de Pindamonhangaba.

Por meio da Tabela 1 podemos observar os recursos que apareceram com maior frequência nas respostas das professoras, sendo eles: os livros de literatura (23,5 %) e as atividades fotocopiadas (*xerox*) e impressas (17,6 %).

Com isso, podemos entender que a maioria das professoras usam os livros de literatura como recurso no processo de alfabetização, pois o trabalho com a literatura infantil possibilita a junção entre a escrita e a leitura, resgatando o padrão da língua portuguesa, desenvolvendo de maneira globalizada as competências e habilidades linguísticas dos falantes, o que vai ao encontro dos estudos vistos nesse trabalho (BRASIL, 2012; SOARES, 2003).

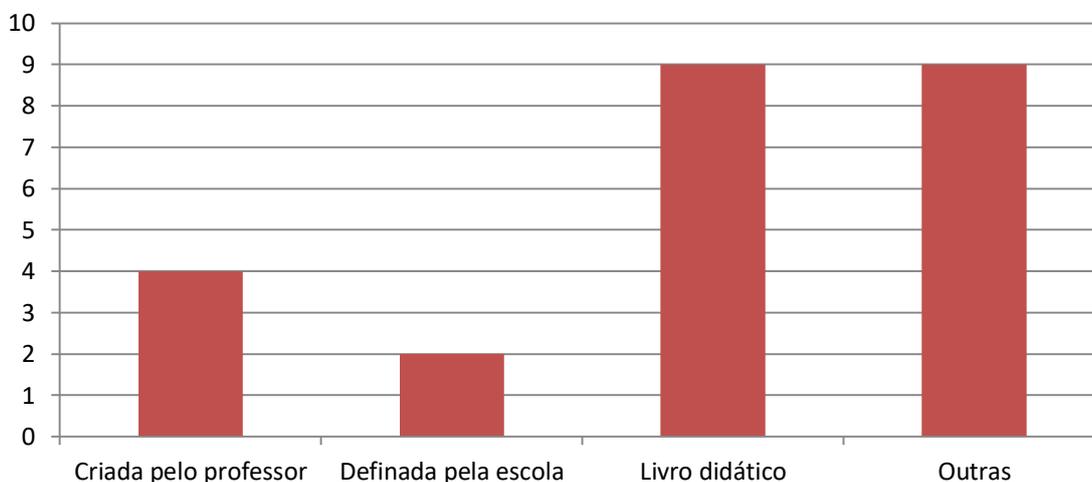


Figura 1- Fontes utilizadas para busca dos recursos para alfabetização

A questão 1 também tinha como objetivo saber quais fontes os professores utilizavam para preparar suas atividades de alfabetização. Nessa parte da questão, colocamos quatro alternativas como resposta, sendo elas: você cria, definida pela escola, livro didático e outros.

Analisando as respostas, percebemos que **livro didático** e **outras fontes** são as mais utilizadas pelos professores alfabetizadores. Este resultado indica que os professores têm consciência que os autores de livros didáticos devem ter o maior cuidado na elaboração desses materiais, nunca se esquecendo de propor outras atividades, contextualizadas e coerentes com o que se está vivenciando, o que vai ao encontro do que encontramos na revisão da literatura (FREITAS, 2018; FREITAS; RODRIGUES, 2007; LAJOLO; ZILBERMAM, 2009; LEITE; MARTINS; PINHEIRO, 2018).

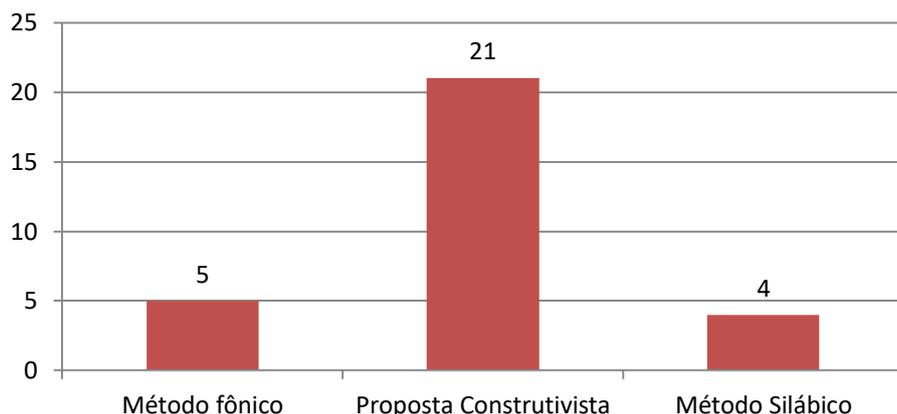
Pergunta 2- Em sua opinião, qual a melhor proposta para se alfabetizar?

Figura 2- Melhores propostas pedagógicas para alfabetizar

Percebe-se que a grande maioria (70%) das professoras afirmam que consideram a proposta construtivista a melhor para ser utilizada na alfabetização.

Pergunta 3 - Justifique sua resposta anterior:

Seguem as transcrições de algumas respostas

Professora 1: *Construir o conhecimento através do que já se sabe é de grande valia e passa a ser significativo para o aluno.*

Professora 2: *Acredito que, no método construtivista, a educação não é pré-moldada, ou seja, a criança é ouvida, desenvolvo meu trabalho dentro de uma técnica de educação que permita que meus alunos se expressem e tragam isso para a sala de aula.*

Professora 3: *Escolhi a proposta construtivista, por que a criança aprende a construir significados através do conhecimento que já possui e do ambiente, ou seja, do contexto social em que ela vive.*

Professora 4: *Porque trabalhar com textos e situações que já fazem parte do universo infantil, é viável para criança.*

Professora 5: *A proposta construtivista é a proposta que fundamenta os documentos legais sobre educação do país e, de acordo com esses documentos, é a forma mais assertiva de se ensinar.*

Professora 6: *Estou com muita dificuldade em trabalhar com a proposta construtivista, não me sinto segura, mas vejo que as crianças hoje, chegam com muitos conhecimentos devido às mídias e jogos em celulares. Nesse sentido, tenho feito cursos de formação e estou dando conta de trabalhar considerando os conhecimentos que as crianças a já trazem. Concluindo, na proposta construtivista, as crianças apresentam mais interesse e participação e os resultados são mais rápidos, pois tenho vivenciado isso com meus alunos.*

As justificativas coincidem com os estudos apresentados nessa pesquisa, segundo os quais, a proposta construtivista enxerga o aluno como o protagonista de sua aprendizagem. Aprender a ler e a escrever deve ser um processo ativo do sujeito na interpretação e produção dos caracteres escritos e as atividades devem ser contextualizadas e coerentes com o que o aluno precisa e quer aprender. Além disso, tanto os antigos Parâmetros Curriculares Nacionais, quanto a Lei de Diretrizes Bases Nacionais propõem uma alfabetização contextualizada, o que é mais possibilitada nessa concepção. (BRASIL, 2017; 1996; FERREIRO; TEBEROSKY, 1999).

Pergunta 4- Pela sua experiência com turmas de alfabetização, em que ano do Ensino Fundamental as crianças se mostram totalmente alfabetizadas, conseguindo ler, produzir e interpretar textos independentemente?

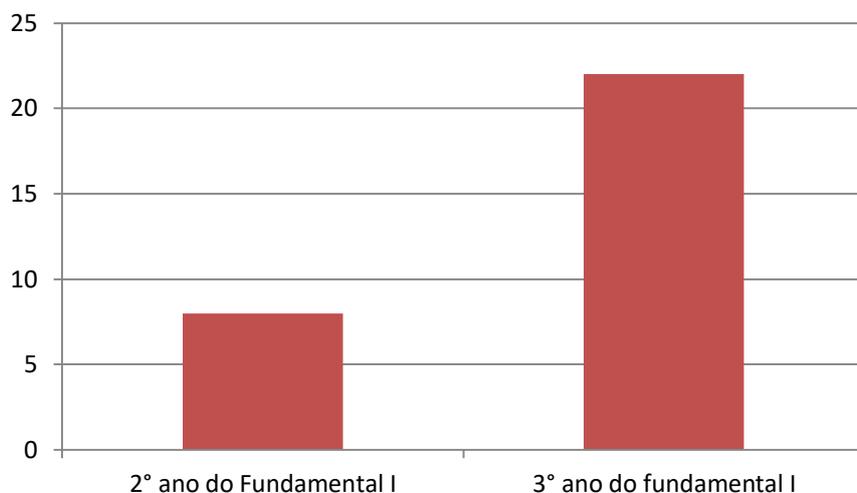


Figura 3- Ano em que as crianças se encontram alfabetizadas, segundo as professoras participantes.

Nessa questão, as respostas foram abertas, obtendo-se que oito professoras responderam que as crianças se encontram totalmente alfabetizadas no 2º ano do Ensino Fundamental, e a maioria (22 professoras) respondeu que isso ocorre efetivamente no 3º do Ensino Fundamental.

Este resultado indica que as opiniões das professoras estão em dissonância com o que encontramos na revisão da literatura, pois a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) define que a alfabetização das crianças deverá ocorrer até o final do segundo ano do Ensino Fundamental I (BRASIL, 2017).

Pergunta 5- Na sua prática, você percebe que para aprender a ler o mais importante é...

Tabela 2- Procedimentos de aquisição da escrita e da leitura

Práticas	nº de respostas	%
A instrução explícita sobre as relações letra/som (decodificação)	8	26,7%
O reconhecimento de palavras por meio de uma característica saliente na grafia ou em torno dela	6	20%
O uso de ilustrações para adivinhar palavras novas	4	13,3%
O uso do contexto para identificar palavras	12	40%

Pela análise das respostas, entendemos que quatro professores responderam que utilizam ilustrações para os alunos adivinharem palavras novas; seis professores responderam que utilizam o reconhecimento de palavras por meio de uma característica saliente na grafia ou em torno dela; oito utilizam a instrução explícita sobre as relações letra/som (decodificação); doze usam o contexto dos alunos para identificar as palavras a serem usadas no processo de alfabetização.

Observa-se que a maioria das professoras participantes dessa pesquisa (40%) entende a importância do contexto para identificar palavras, o que condiz com a resposta à pergunta 2, ou seja, é um dos principais recursos utilizados na concepção construtivista. Por outro lado, uma porcentagem significativa (26,7%) acredita que a instrução explícita sobre as relações letra/som (decodificação) ainda seja a melhor forma.

Pergunta 6 - Assinale com X as práticas que você utiliza efetivamente com as crianças em sala de aula visando sua alfabetização:

Tabela 3- Práticas de alfabetização utilizadas pelas professoras

Práticas de alfabetização	nº de respostas	%
Ensina correspondência entre som e letra.	12	40
Ensina os nomes das letras.	5	16,7
Faz sondagens periódicas para saber os níveis de alfabetização em que as crianças se encontram.	4	13,3
Utiliza técnicas diversificadas, criadas a partir das necessidades que surgem no transcorrer das aulas.	9	30
Segue rigorosamente o planejamento feito no início do ano letivo.	0	0

As duas práticas mais utilizadas pelas professoras alfabetizadoras pesquisadas são as que remetem ao método fônico (40%), pois utilizam a correspondência entre som e letra e as que fazem o uso de técnicas diversificadas (30%), criadas a partir das necessidades do aluno.

Os resultados das perguntas 5 e 6 nos permitem inferir que as professoras, embora reconheçam a concepção construtivista como a melhor teoricamente, fazem uso, na prática, de métodos mistos, pois conciliam sua prática de acordo com o que seus alunos precisam, obtendo, assim, uma resposta mais rápida e eficiente, conforme os estudos de Sebra e Dias (2011).

Pergunta 7- No que você embasa suas práticas pedagógicas? Isso é, baseia-se em alguma teoria, ou algum documento legal, ou segue o PPP da escola e apostilas geradas a partir das HTPCs? Comente isso brevemente, por favor.

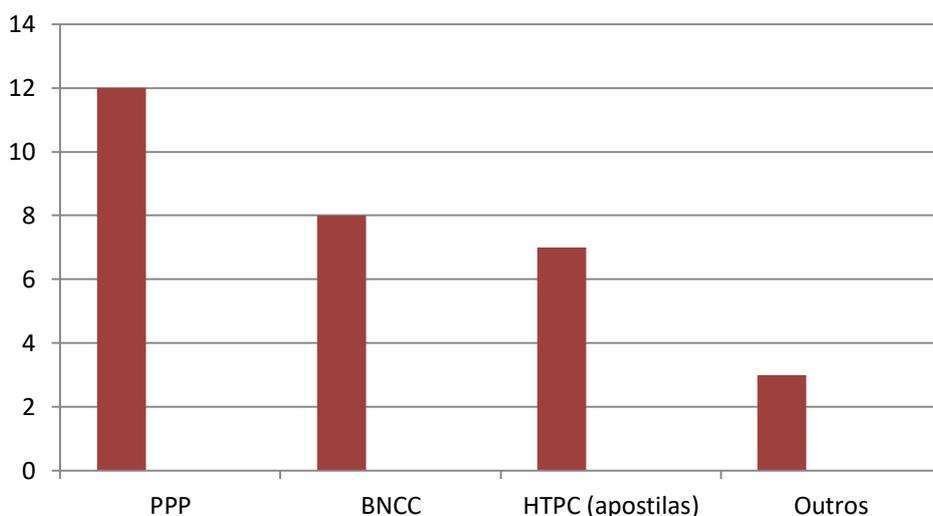


Figura 4- Fontes que embasam as práticas pedagógicas

Ao afirmarem que embasam suas práticas no Projeto Político Pedagógico da escola, as professoras enfatizam sua importância, pois é esse documento que traça objetivos, diretrizes e ações para o processo educativo. Assim, seu conteúdo ancora os estudos realizados nos horários de trabalho pedagógico coletivo (HTPC), permitindo momentos de reflexão e contribuindo para o planejamento das aulas e para o aperfeiçoamento das práticas dos professores. A BNCC (Base Nacional Comum Curricular) tem como função primordial nortear as aprendizagens que os alunos devem desenvolver nas escolas. Estas respostas vão ao encontro do que afirmam estudos encontrados na revisão dessa pesquisa, que enfatizam a importância do Projeto Político Pedagógico, pois ele que traça objetivos para o processo educativo (LIBÂNEO, 2004; PERTUZATTI; DICKMANN, 2019).

CONCLUSÕES

Em relação às pesquisas feitas para o referencial teórico sobre alfabetização observamos que existem várias práticas relacionadas a inúmeros métodos. Porém, constatamos que não existe uma melhor prática ou um melhor método e sim a prática ou método que dá certo para aquela classe, para aquele aluno e, portanto, o professor deve estar em constante formação para que esteja preparado para lidar com esse dinamismo em sala.

Evidenciamos uma incoerência no que diz respeito à escolha da metodologia feita pelas professoras pesquisadas. A maioria das professoras que responderam que a Proposta Construtivista é a mais adequada na hora de se alfabetizar e que o uso do contexto para identificar palavras novas é uma das práticas mais importantes, também responderam que utilizam o método fônico entre as metodologias adotadas por elas durante esse processo. Como são práticas que se chocam, visto que uma considera o que o aluno já sabe e respeita a fase em que ele se encontra, sempre visando que o mesmo atue como protagonista de sua aprendizagem, e o outro trabalha a correspondência do som e grafia e a identificação de letra por letra de uma maneira mecanizada, isso nos faz inferir que talvez as professoras a tenham citado pelo fato da Proposta Construtivista ser sugerida nas leis e nos discursos vigentes no período em que a pesquisa foi feita.

Concluimos que é unânime a consciência de a alfabetização ser de suma importância para a formação humana do indivíduo. Trata-se, acima de qualquer coisa, de uma oportunidade que a pessoa tem para ser mais cidadã, o que impõe às nações a missão de oferecer condições para que a maior parte da população possa ser alfabetizada da melhor forma possível.

Por fim, vale ressaltar que o assunto não se esgota e ainda muito há que se pesquisar, mesmo porque, enquanto esta pesquisa estava se desenvolvendo o Governo Federal vinha traçando novos parâmetros de alfabetização nos anos finais da Educação Infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental e ainda se passarão alguns anos para que possamos avaliar os resultados de tais propostas.

Agradecemos a colaboração das professoras da Rede Municipal de Pindamonhangaba-SP, a quem aproveitamos para externar nossa sincera admiração pelo empenho e dedicação percebidos com esta árdua – e ao mesmo tempo gratificante – tarefa de acompanhar o processo de alfabetização de nossas crianças.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. **Cartilhas, para quê?** Cuiabá: EdUFMT, 2002.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da educação e da pedagogia: Geral e Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Moderna, 2008.

ARAÚJO, Marcelo Marques de; OLIVEIRA, Maria da Conceição de. As concepções e os métodos de alfabetização. **Revista Margens Interdisciplinar**, [S.l.], v. 4, n. 5, p. 129-154, maio 2016. ISSN 1982-5374. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2790>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Educação é a Base**. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2019.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 06 set. 2018.

_____. Ministério de Educação e Cultura. **Pacto nacional pela alfabetização na idade certa: a aprendizagem do sistema de escrita alfabética**, Brasília, DF, 2012. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/images/pdf/Formacao/Ano_1_Unidade_3_MIOLO.pdf>. Acesso em: 29 mai. 2019.

_____. Ministério da Educação - Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais para Formação de Professores**. 2. ed. Brasília. A Secretaria de Educação, 2002. 177 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2018.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Primeiro ao quarto ciclo. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro02.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2018.

_____. **Saberes e Práticas da Inclusão**, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial (SEESP). MONTE, Francisca Roseneide Furtado do (Org.). Brasília: MEC, SEESP, 2005. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/me000435.pdf>>. Acesso em: 04 fev. 2019.

CASTAÑÓN, Gustavo Arja. O que é construtivismo? **Cadernos de História e Filosofia da Ciência**: Caderno Série 4 v. 1, n. 2, p. 209-242, maio 2017. Disponível em: <<https://www.cle.unicamp.br/eprints/index.php/cadernos/article/view/744>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

COSTA, Francisca Mônica Silva da; CASTRO, Janaína Luiza Moreira de; GOMES, Adriana Leite Limaverde. A articulação teoria-prática na formação inicial do professor alfabetizador. **Revista Contemporânea de Educação**, [S.l.], p. 746-764, dez. 2018. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/16650>>. Acesso em: 22 abr. 2019.

CUNHA, Ruth Araújo da. **O Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC – e suas implicações na formação e na prática pedagógica do professor alfabetizador**. 2018. f.123. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018. Disponível em: <<https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6528/>>. Acesso em: 02 jun.2019.

FERNANDES, Cleoni. À procura da senha da vida-de-senha a aula dialógica? In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Aula**: gênese, dimensões, princípios e práticas. Campinas: Papirus, 1999.

FERREIRO, Emilia. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 2010.

FERREIRO, Emilia; TEBEROSKY, Ana. **A Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FRADE, Isabel Cristina da Silva. Métodos de alfabetização, métodos de ensino e conteúdos da alfabetização: perspectivas históricas e desafios atuais. **Educação (UFMS)**, Santa Maria, nov. 2007. ISSN 1984-6444. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/658>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

FRANCA, Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas (Ratio Studiorum)**. Rio de Janeiro: Agir, 1952.

FRANCO, Sandra; RAYZER, Cassiana. Maria. **Alfabetização e letramento**: novas práticas pedagógicas. Disponível em: <<http://www.uel.br/portal/index.php?pagina=404&urlProcurada=www.uel.br/eventos/semanadaeducacao/pages/arquivo/s/anais/2012/anais/ensinofundame>>. Acesso em: 19 de out. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREITAS, Michelle Ramos de. **A internet na educação**: o site como uma ferramenta educacional. 2018. 187 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufop.br/handle/123456789/10034>>. Acesso em: 01 jun. 2019.

FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. **O livro didático ao longo do tempo**: a forma do conteúdo. 2007. Disponível em: <http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3/numero1/plasticas/melis>. Acesso em: 30 maio 2019.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. São Paulo, Ática. 2009.

LEITE, Rita de Cássia. Duarte; MARTINS, Pedro Saulo Rocha; PINHEIRO, Ângela Maria Vieira. Alfabetização no Brasil: caminhos a seguir para o ensino efetivo da leitura. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 19, p. 32-40, 2018. Disponível em: <www.fumec.br/revistas/paideia/article/download/6317/3130>. Acesso em: 12 mar. 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da escola**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia, GO: Alternativa, 2004.

LIMA, Antonia Silva de; SALES, Clotilde Tinoco; CAMARGO, Raiolanda Magalhães *Pereira* de. Alfabetização no Brasil: história e perspectivas no contexto das políticas públicas. **Revista Amazonida**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, [S.l.], v. 1, n. 1, jul. 2017. ISSN 2527-0141. Disponível em: <<http://periodicos.ufam.edu.br/amazonida/article/view/3643>>. Acesso em: 08 out. 2018.

MORAES, Artur Gomes. **Sistema de escrita alfabética**. São Paulo: Melhoramentos, 2012. Coleção Como Eu Ensino.

- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782010000200009&script=sci_arttext>. Acesso em: 26 nov. 2018.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular. **Cadernos Cedes**. Campinas, ano 20, n. 52, nov. 2000. p. 41-54. Disponível em: <<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chrome-instant&ion=1&espv=2&ie=UTF8#q=cartilha%20de%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20e%20cultura%20escolar>>. Acesso em: 15 maio 2019.
- MORTATTI, Maria do Rosário Longo. História dos métodos de alfabetização no Brasil. **Portal MEC**, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ensfund/alf_mortattihisttextalfbbr.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.
- NÓVOA, Antonio. A Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Don Quixote, 1992. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/12424596.pdf>>. Acesso em: 07 abr. 2019.
- OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. A presença de Paulo Freire em programas de alfabetização de jovens e adultos de redes municipais de ensino do estado do Pará. **Revista e - Currículum**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 257-276, abr. 2016. ISSN 1809-3876. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/curriculum/article/view/26432>>. Acesso em: 01 jun. 2019.
- PERTUZATTI, Ieda; DICKMANN, Ivo. Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Ensaio: aval.pol.públ.Educ.**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010440362019005011101&lng=>. Acesso em: 25 maio 2019.
- PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. 233 p. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-08.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2018.
- PIMENTA, Selma Garrido. Pesquisa-ação crítico-colaborativa: construindo seu significado a partir de experiências com a formação docente. **Educ. Pesqui.**, São Paulo v. 31, n. 3, dez. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022005000300013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 04 jun. 2019.
- SANTOS, Diego da Silva Teles; SOUZA, Egon Ralf Vidal; GUTIÉRREZ, Arsenio José Carmona. Análise dos aspectos qualitativos e da eficácia dos métodos de alfabetização no Brasil. **Pedagogia em Ação**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 132-161, mai. 2019. ISSN 2175-7003. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/19544>>. Acesso em: 25 maio 2019.
- SAUL, Ana Maria. Paulo Freire: contribuições para o ensino, a pesquisa e a gestão da educação. In: BRITO, Regina Lúcia Giffoni Luz de; SAUL, Ana Maria; ALVES, Robson M. (Org.). **Ensinar-aprender: a inspiração de Paulo Freire para a prática docente**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014. Disponível em: <<http://www.letracapital.com.br/loja/ciencias-humanas/163-paulo-freire-contribuicoespara-o-ensino-a-pesquisa-e-a-gestao-da-educacao.html>>. Acesso em: 20 mar. 2019.
- SAVIANI, Dermeval. 500 anos de educação no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 187-188, ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 07 jun. 2019.
- SEBRA, Alessandra Gotuzo; DIAS, Natália Martins. Métodos de alfabetização: delimitação de procedimentos e considerações para uma prática eficaz. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 28, n. 87, p. 306-320, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010384862011000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 05 nov. 2018.
- SOARES, Magda. A reinvenção da alfabetização. **Revista presença pedagógica**, Belo Horizonte, v. 9, n. 52, p. 1-7. dez. 2003. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/programa_aceleracao_estudos/reinvencao_alfabetizacao.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2019.
- SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2016.